

10.4025/6cih.pphuem.659

Assassinos, vítimas ou heróis? Militares e missionários católicos na construção da representação dos índios Waimiri-Atroari durante a implantação dos Grandes Projetos de Integração da Amazônia

André Luiz Passos Araújo
PPGH/UFAM - PAPE/FAPEAM

A população indígena Waimiri-Atroari, que habita parte norte do Estado do Amazonas e sul de Roraima, nas bacias dos rios Alalaú, Camanaú, Curiaú e Igarapé Santo Antônio do Abonari compreendendo uma área de 2.585.611 ha. homologada pelo Decreto n°. 97.837 de 16 de junho de 1989, é vista atualmente como resultado de um bem sucedido modelo de organização de grupos indígenas que procura agregar às suas características tradicionais e identitárias a prática de atividades relacionadas à economia de mercado. A negociação do excedente agrícola e da produção de artesanato, bem como o recebimento de royalties pagos pela Mineração Taboca S.A., empresa que detém os direitos da lavra de minério em solo Waimiri-Atroari, os coloca em posição confortável diante do acúmulo de recursos financeiros.

Além dessa perspectiva empreendedora, os Waimiri-Atroari também são atendidos por uma série de subprogramas que garantem saúde, educação, vigilância, apoio operacional, proteção ambiental, apoio à produção e administração de recursos. Estas medidas fazem parte de um convênio firmado entre a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e as Centrais Elétricas do Norte – ELETRONORTE, em 1988, dando origem ao Programa Waimiri-Atroari – PWA, como forma de compensação pelos prejuízos sociais e ambientais causados durante a implantação da Usina Hidrelétrica de Balbina que represou o rio Uatumã e inundou áreas de significativa relevância à sobrevivência física e cultural dessa população.

Essa política de mitigação, que gera ainda hoje uma série de antagonismos entre indigenistas, antropólogos e militantes da causa indígena em geral, representa uma espécie de fechamento às questões referentes àqueles índios. Um tipo de “desfecho feliz” a uma história marcada por massacres épicos que ocuparam as páginas de vários jornais no Brasil e no mundo, legando a esse povo uma série de imagens que são desdobramentos de tensões entre diversas forças em disputa transformando os Waimiri-Atroari em um problema a ser equacionado. Tensões que demonstram discursos dissonantes visando definir o destino das

10.4025/6cih.pphuem.659

terras e da condição desses índios em uma conjuntura de expansão tecnocrata sobre a Amazônia que lhes oferecia como alternativa, por um lado, a integração, a extinção e o esbulho de seu território e das riquezas ali presentes, (PICOLI, 2006, p. 75-6) e, por outro lado, a preservação de sua cultura e de suas terras a partir de uma consciência voltada para a defesa dos direitos humanos. (TEIXEIRA, 2008, p. 47).

Para título desse trabalho, levo em consideração duas instituições que disputavam a posição de guardiães dos interesses daquele povo. O Estado Brasileiro, durante o período do Regime Militar, por meio de seu órgão oficial de indigenismo, a FUNAI; e a ala progressista da Igreja Católica organizada especificamente em torno do Conselho Indigenista Missionário–CIMI e sua pastoral indígena da Prelazia de Itacoatiara no estado do Amazonas.

Essa disputa é marcante num momento em que a atenção e apoio da opinião pública eram essenciais na definição das políticas indigenistas em vista a atuação de entidades supranacionais defensoras dos direitos humanos (DAVES, 1978, p. 39-40). Para o Regime Militar, era necessário convencer que as práticas do Estado, quaisquer que fossem, se faziam legítimas dentro do contexto progressista do regime e na observância do respeito, ao máximo possível – sem prejuízo da Segurança Nacional e dos planos de desenvolvimento em curso – do status de humanidade dos índios e da boa imagem do Brasil. Para os missionários católicos, cabia avaliar os impactos e a legalidade que essas medidas ocasionavam divulgando de forma ampla, aspectos que podiam ser considerados como desumanos, e nocivos aos valores, à cultura e a vida dos índios (MAREWA, 1983, p. 31).

Destarte, pondero a respeito da estratégia de guerra velada que estas instituições lançaram mão, sendo caracterizada pela criação de imagens arquetípicas dos Waimiri-Atroari difundidas de forma significativa no espaço social visando sensibilizar a opinião pública, a partir do enquadramento dos índios em categorias qualitativas que variavam de acordo com os interesses das instituições e com o jogo político do momento. Para tanto, analiso alguns dos discursos mais contundentes nessa construção expressos em matérias jornalísticas, entrevistas, documentos das instituições e depoimentos que marcaram a tônica da imagem desses índios como aguerridos e dados à resistência contra a invasão de suas terras. Essa documentação, herança dos anos de atuação da Pastoral Indígena de Itacoatiara junto aos Waimiri-Atroari, foi angariada junto à Casa da Cultura Urubuí – CACUI, uma ONG familiar localizada no município de Presidente Figueiredo no estado do Amazonas e que possui

importante arquivo especializado na salvaguarda de extensa documentação a respeito dos Waimiri-Atroari.

As histórias, as imagens

O Contato com as fontes me fez observar que boa parte das imagens reputadas aos Waimiri-Atroari estão atreladas a dois eventos que marcaram significativamente a história desses índios e o imaginário nacional. Esses eventos foram, respectivamente, o massacre da expedição Calleri em 1968, e a morte do sertanista da FUNAI, Gilberto Pinto Figueiredo e sua equipe em 1974 em um posto de atração dentro da reserva indígena.

A disputa a respeito da imagem dos Waimiri-Atroari já inicia com as inúmeras teorias que colocam em cheque as versões oficiais apresentadas pelas autoridades que se valiam sempre do discurso da braveza, intemperança e selvageria impetuosa dos índios para justificar as mortes. Existem perspectivas que procuram evidenciar o contrário. Que os massacres foram – dadas as circunstâncias obscuras e ainda não solucionadas – frutos de conspiração dos militares na tentativa de culpar os índios e conseguir o apoio necessário para efetuar a intervenção com força militar para abrir caminho para a rodovia BR-174 já que os massacres seriam exemplo cabal de que os meios diplomáticos postos em prática não iriam surtir efeito. (SABATINI, 1989), (CARVALHO, 1982).

Grosso modo, a Expedição Calleri tinha por objetivo o convencimento dos Waimiri-Atroari para retirá-los do traçado planejado pelo Governo Federal para a rodovia BR-174. Oficialmente, o fracasso da expedição foi atribuído à inexperiência do padre no trato com aqueles índios. O pouco conhecimento de suas regras e tabus causou entre eles uma série de desentendimentos que redundaram na eliminação de quase toda a equipe com exceção de apenas um membro (CARVALHO, 1982, p.36-44).

Esse episódio marca a consolidação da fama aguerrida dos Waimiri-Atroari que lhes será predicado de identificação ao longo da sua história. Com a consolidação da abertura da estrada, esse discurso de bravura se amplifica, não demorando muito para que o governo impingisse contra eles uma série de acusações visando corroer qualquer intenção em creditar alguma resignação àqueles índios dada à dificuldade de convertê-los aos preceitos de civilização e bons costumes. (MAREWA, 1983, p. 16).

A intensa circulação do fato nos meios de comunicação desperta um receio a respeito dos Waimiri-Atroari. Nesse momento aqueles índios passam a ser entendidos como

10.4025/6cih.pphuem.659

assassinos perigosos e cruéis (DAVES, 1978, p.123). Consecutivamente as notícias sobre ataques aos acampamentos dos trabalhadores das frentes de abertura da estrada passaram ser corriqueiros e, em função disso, o Departamento de Estradas e Rodagem-DNER e o Departamento Estadual de Estradas e Rodagem do Amazonas-DER/AM responsáveis pelo início das obras da BR-174 em 1968, procuram intensificar a segurança dos trabalhadores. Documentos registram a solicitação de uma grande quantidade de munições e armamentos, como pistolas e espingardas de grosso calibre. (CARIJÓ, 1968).

De fato, essas incursões dos índios aos acampamentos representavam sério risco à integridade dos trabalhadores, mas as ações eram coordenadas principalmente em forma de sabotagem tentando impedir o prosseguimento dos trabalhos. Os ataques, segundo relatos, geralmente ocorriam durante a noite, sendo necessária a montagem de um aparato de segurança e permanente vigilância que garantisse o descanso dos trabalhadores. Diz-se que, não raro, era possível encontrar os cadáveres dos índios presos às cercas elétricas de contenção, quando estes tentavam invadir os acampamentos. Às vezes, com a parada das máquinas, era possível ver pela manhã os tratores atados a cipós, em uma aprovável tentativa de imobilizá-los. Verdade ou mito – uma vez que esses relatos são discurso que circulam no meio social, portanto, sem comprovação documental até o momento – essas histórias se juntam ao imaginário sobre os Waimiri-Atroari legando-lhes uma imagem que dificilmente se desvincula de sua fama aguerrida, facilitando a assimilação de outras imagens que se apropriem desta primeira como base.

É em função dessa ameaça, do terror imposto pelos índios, da morte do Padre Calleri e do aumento das tensões na região, que o Governo Federal intervém, fazendo tomar a frente dos trabalhos o 6º Batalhão de Engenharia e Construção-BEC (CARVALHO, 1982, 60-1) buscando impor maior eficiência no andamento das obras além de rechaçar qualquer investida dos índios contra os trabalhadores. Dessa forma, os índios evitariam atacar os militares porque, como ponderou o presidente da FUNAI em 1974 em outras palavras, eles não podem resistir ao poderio bélico do exército (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1974).

Não bastassem as imagens de primitivos, assassinos e velhacos, os Waimiri-Atroari recebem, com a iminência da intervenção do exército na rodovia, outro qualitativo: o de inimigos da nação, associados a práticas subversivas com o objetivo de retardar o crescimento do país em favor de benefícios que obteriam se alinhando aos interesses internacionais com os quais estariam negociando sua riqueza (JORNAL DO BRASIL, 1968).

10.4025/6cih.pphuem.659

Como se sabe, era uma prática comum ao Regime Militar intervir no fator psicológico, destruindo moralmente o inimigo e procurando eliminar qualquer esboço de solidariedade por parte da sociedade (BORGES, 2003, p. 28). Nesse sentido, vale observar o depoimento de um indivíduo que vivenciou esse momento de degradação da imagem dos Waimiri-Atroari e o registrou em um livro, buscando evidenciar, apesar do certo tom de sarcasmo, o que se falava sobre aqueles índios e de seu famoso líder, o índio Maruaga:

Comentava-se que os Waimiri-Atroari estavam se dividindo em dois grupos que se digladiavam (os que eram a favor e os que eram contra a estrada). Falava-se muito [...] em cubanos que poderiam estar assessorando Maruaga. Atribuía-se o uso de armas de fogo aos índios – o que não era verdade. Dizia-se que Maruaga era comunista, alienígena, agente da CIA e tantas coisas mais. As agências de informações e os meios de comunicação se esmeravam em divulgar matéria sensacionalista. [...] Tanto se falava nos massacres praticados pelos Waimiri-Atroari, que mesmo a pessoa pouco identificada com a saga daquele povo dentro da História, era persuadida a adotar a ideologia do ódio. [...] Os desavisados não tinham dúvidas em sentenciar os silvícolas à morte, mal sabendo que aquilo tudo era uma *mídia fabricada* (destaque do autor) para justificar possíveis ações de força. [...] Ser índio ou defender sua causa, era ignorância – pura subversão. Qualquer crítica ou simples ponderação eram recebidas como execrável falta de patriotismo! [...] Interessante aquela psicose coletiva! (BRASIL, 1986, p.21)

Essa fabricação da imagem subversiva dos Waimiri-Atroari foi tão levada a sério pelos militares que, segundo os missionários da Prelazia de Itacoatiara, foi produzido um panfleto com o título de “Operação Atroaris”, escrito em português, e lançado em sobrevoo nas suas aldeias, sugerindo a eles que se rendessem em troca de terem poupadas suas vidas e em favor do perdão da nação pelos crimes que cometeram (MAREWA, 1983, p. 17).

Para muitos, as ações dos Waimiri-Atroari deveriam ser punidas, pois representavam atentados não apenas à integridade física dos indivíduos em contato direto com eles, mas se colocavam como uma afronta contra a integridade da nação. Um exemplo da inevitável propagação dessas impressões pode ser observado no seguinte diálogo entre o jornalista Edilson Martins e um morador das margens da recém-inaugurada rodovia:

- Isto aqui antes era um inferno, só havia índios, anta, veado, cobras e solidão. Morei com minha velha [...] nas margens do Alalaú, região infestada por esses facínoras.

- Quem são esses facínoras?

- Ora, ora, o senhor não sabe? Esses índios Waimiri-Atroari. Durante anos seguidos eles vêm matando, saqueando, sem nenhuma punição. [...] Agora

10.4025/6cih.pphuem.659

com a estrada, graças a Deus, estão encurralados. Ou se entregam, fazem as pazes, ou vão desaparecer. (MARTINS, 1981, p. 155)

Ao que parece, os planos dos militares eram exatamente esses. O controle total sobre os índios até seu desaparecimento, evitando novos aborrecimentos diante dos novos projetos que viriam com a conclusão da estrada. Evidentemente, isso não podia se colocar como um objetivo fácil e nem moralmente aceitável em virtude da legislação vigente e dos acordos internacionais a respeito dos direitos humanos que, nesses aspectos, eram ponderados em parte, em virtude das instituições financiadoras dos projetos que não se dispunham a ter seus nomes ligados diretamente a esse tipo de empreitada (HAMELIN, 1991, p. 218). A alternativa era o uso da violência velada contra os índios, procurando eliminar a possibilidade de vazamento do que acontecia na reserva.

É nesse aspecto que as entidades civis preocupadas com essa questão – no caso aqui analisado o CIMI e a Pastoral Indígena da Prelazia de Itacoatiara – se colocavam como pedra no sapato do governo militar. São as pressões em torno da garantia dos direitos desse povo – que na cartilha da missão católica eram o direito a terra, a participação política ou autodeterminação e a preservação da cultura (CIMI, 1979, p. 38) – que podem ser tomados como outro importante fator de moderação das ações militares na região, que mesmo assim, empreendeu uma dizimação significativa de cerca de 2000 índios no início da década de 1960 para pouco mais de 300 indivíduos no início da década de 1980 (BAINES, 1993a, p.04).

A questão do uso de poderio militar é uma constante na história desse contato. Há relatos de que aldeias inteiras foram dizimadas não apenas com uso de balas e bombas, mas também por meio de envenenamento, e pela propagação de doenças. Sobre essas incursões não existe larga documentação que as deixe explícitas, mas o discurso dos índios, na persistência de suas memórias, pode ser revelador.

Em 1985, estando os índios em um estágio bastante avançado de integração com a sociedade nacional, o casal de indigenistas ligados ao CIMI e à Pastoral Indígena da Prelazia de Itacoatiara, Egydio e Doroti Schwade, contratados para efetuar trabalhos de alfabetização, coletaram junto aos índios, por meio de atividades escolares, informações que remetiam a esses ataques. Quando solicitados a expressar sua história, os índios produziam desenhos e textos que demonstravam uma memória povoada pelos eventos dos primeiros contatos. Tal reminiscência parecia não concretizar uma certeza do ocorrido, que acabava por se encerrar

10.4025/6cih.pphuem.659

em uma pergunta direcionada aos Schwade: porque Kamña – civilizado ou estrangeiro – matou Kiña? (SCHWADE, 2011).

A descoberta de que essas histórias eram tema das aulas fez com que a FUNAI tomasse providências para expulsão do casal fazendo repercutiu na imprensa uma tentativa dos missionários de causar entre os índios o incitamento ao ódio contra a FUNAI, o Governo Federal e a sua condição de manipulados pela política indigenista operacionalizada pela Frente de Atração Waimiri-Atroari-FAWA (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1987).

A FAWA foi uma estratégia dissimulada de imposição do controle do estado sobre os Waimiri-Atroari que consistia no alinhamento à costumeira prática de controle das áreas indígenas por meio da instituição de chefias de Posto entre os índios e construção de laços de dependência econômica por meio do incentivo à produção agrícola (VIDAL, 1991, p. 57). Após todos os desdobramentos referentes à expedição Calleri, a FUNAI atribui ao sertanista Gilberto Pinto a coordenação da FAWA. Sua experiência com os índios e seu contato amistoso com eles fez com que fosse reconhecido como um grande amigo daquele povo, sendo chamado por eles de Pai Gilberto (CARVALHO, 1982). Porém, no final de 1974, após terem efetuado um ataque a um posto indígena e vitimado funcionários da FUNAI no mês de agosto, esses mesmos índios massacraram Gilberto e sua equipe que havia voltado para a região a pedido de seu amigo, o chefe indígena Maroaga. Até hoje as circunstâncias do ataque não foram esclarecidas, e também foram envoltas em um ar de conspiração do estado contra a política morosa da FUNAI. As consequências, assim como no caso Calleri, tomaram ampla proporção e mais uma vez encerraram novas construções de imagens desses índios.

A morte de Gilberto Pinto foi um ponto axial nas transformações das políticas de estado junto aos Waimiri-Atroari, uma vez que ficaram expostas todas as contradições e fragilidades da FUNAI, que até aquele momento não havia conseguido instituir uma política que evitasse o massacre tanto de equipes de indigenistas quanto de índios.

Vieram a público toda a oscilante posição da FUNAI a respeito de que medidas deveriam ser tomadas a partir de então. De um lado, ela deixava transparecer que pretendia incorrer com medidas drásticas de punição aos índios e deportação de seus chefes em vias de fazer entende-los que “fizeram coisa errada” (O GLOBO, 1975). Mais tarde, apresenta outra posição, reconhecendo a culpa pelos massacres em virtude dos desastrosos e inadequados métodos de pacificação, no qual o depoimento do novo coordenador da FAWA, Apoena Meirelles, é um tanto revelador: “Índios bandoleiros, maus perversos, assim são hoje os

10.4025/6cih.pphuem.659

Waimiri-Atroari. Mas a verdade é que nós os tornamos assim aos olhos da opinião pública, para justificarmos uma série de erros no método de atração adotados nessa área pela FUNAI” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1975). Esses polêmicos discursos despertaram a preocupação do movimento indigenista que exigia uma urgente reorganização do órgão que, em consequência, fizeram confluir para uma política de aprofundamento das restrições de acesso aos Waimiri-Atroari, deixando-os, no entendimento dessas entidades civis, cada vez mais vulneráveis ao assédio do Estado e menos suscetíveis às discussões políticas que engrossavam a temática e inclusive davam força ao movimento indígena a partir do final dos anos de 1970 (VIDAL, 1991, p. 56-7), retardando cada vez mais a sua possibilidade do protagonismo e autodeterminação colocando-os como dependentes e prisioneiros dos ditames do órgão indigenista oficial.

As imagens produzidas nesse momento vão conviver com as criadas em anos anteriores, e investidas de denúncias contra o estado, se tornam cada vez mais frequentes e volumosas. O caráter de resistência dado aos índios vai confluir para uma reorganização das imagens. Um povo bravo que luta pelos seus direitos e que ataca para defender seu solo e seu modo de vida contra a violência da sociedade nacional. Essa perspectiva, analisada pelo âmbito da ação missionária da Prelazia de Itacoatiara e as denúncias do CIMI, concatenadas às repercussões no cenário internacional, vão fazer com que essas agências de defesa se aproveitem dessa fama, para criar suas imagens de forma “positiva”, uma espécie de reputação heroica dos Waimiri-Atroari (MAREWA, 1983, 03).

O heroísmo dos índios nesse sentido tem a resistência como ponto de partida. Sua capacidade de interação contra os mecanismos de dominação e violência do Estado foi um dos fatores que garantiram sua sobrevivência, colocando-os “como um exemplo paradigmático de resistência indígena”. (BAINES, 1993a, p. 04). Porém, com a proximidade da nova proposta da FAWA essa ideia de resistência e bravura dos índios começou a ser gradativamente caracterizada como elemento obscuro de um passado em que as políticas indigenistas da FUNAI se colocavam como desastrosas e insalubres, justificando e dando crédito para os índios em suas relutâncias ao contato. Diante disto, a Pastoral Indígena vai avaliar esse esmaecimento da ideia de resistência como resultado da vitória das armas e das estratégias de cooptação colocando os Waimiri-Atroari, quando conveniente em seus discursos, como vítimas das políticas integracionistas do estado, uma imagem já usada desde

10.4025/6cih.pphuem.659

o contato para definir os povos que estavam dentro das áreas de implantação dos Grandes Projetos (DAVES, 1978).

Essa interpretação da Pastoral fica patente quando, em uma incursão clandestina ao Posto Indígena Terrapalangem, os missionários da Prelazia de Itacoatiara defrontam com a seguinte situação:

A concluir pelos contatos que tivemos [...] tem-se a impressão, pelo menos aparente, que os Waimiri e Atroari estão num processo de rendição. [...] Não se sente nenhum movimento de resistência. Tudo indica também que por parte dos funcionários da FUNAI, ninguém lhes está abrindo os olhos para a galopante invasão e grilagem oficial de suas terras [...] parece que seu contato com a povo envolvente é muito pouco (PRELAZIA DE ITACOATIARA, 1982).

Tal descrição evidencia uma nova postura da FUNAI: a agregação paulatina dos Waimiri-Atroari aos interesses da economia de mercado buscando despertar-lhes à aquisição dos modos e das “coisas do branco” e seu isolamento. A implantação e reestruturação de postos de atração indígena facilitou a seleção de jovens índios que eram apresentados, gradativamente ao modo de vida da sociedade nacional passando a ocupar a função de reprodutores dessa nova postura entre os demais. Aos poucos, pela inserção de uma política de subserviência à FUNAI inclusive na organização de sua memória, os índios iam abandonando sua característica principal, a bravura e resistência, que lhes legou uma história que dali em diante seria contada pelo ponto de vista da FUNAI (BAINES, 1993c, p. 09).

Essa pacificação representava um importante passo aos Grandes Projetos, uma vez que a implementação das obras se dariam, dali em diante, por meio da negociação, do convencimento e da relação de compensação. Opera-se uma transformação identitária em substituição da imagem de silvícolas selvagens e arredios para uma que representava índios civilizados e conscientes dos benefícios e direitos que poderiam gozar ao se alinhar às proposições do Estado.

A qualidade aguerrida é coisa do passado, e só passa a ser posta em prática como justificativa para manter a população isolada em sua região. Isso é dito em função do forte controle, do PWA e dos próprios índios, sobre os limites da reserva, impedindo qualquer entrada de pessoas não autorizadas pela FUNAI ou pelo PWA, agindo muitas vezes com certa truculência. De uma forma ou de outra, essa atitude não deixa de instalar uma imagem contemporânea à sociedade circundante em geral, de que esses índios são tão ou mais perigosos quando da época da pacificação encerrando uma contradição de imagens:

10.4025/6cih.pphuem.659

resistentes à invasão do seu território, mas bons e obedientes em se tratando de seu programa de tutela que os define em seu agir, legitimando uma “dominação colonial na justificativa de que não sabem dirigir suas próprias vidas” (BAINES, 1993a, p. 07).

Igual acusação é feita pela Prelazia de Itacoatiara – em forma de denúncia num livreto amplamente distribuído – espantada com a mudança da postura dos índios apresentada pela FUNAI diante dos projetos que estavam por vir, no caso, a Usina Hidrelétrica de Balbina:

Inesperadamente, em menos de 15 anos esses mesmo povos são apresentados pela FUNAI como as civilizações mais pacíficas, dóceis e agrícolas do Brasil. Essa mudança de imagens serve para a FUNAI esconder mais um crime contra os Waimiri-Atroari: quando estiver pronta a hidrelétrica de Balbina e consequentemente ocorrer a inundação das terras desses povos, a justificativa a ser utilizada será a de que essa nação já estava integrada. Assim, a imagem dos índios é oferecida ao público de acordo com os interesses econômicos vigentes. (MAREWA, 1983, p. 11)

Essa promoção de uma imagem de índio civilizado, dado ao trabalho, começa a criar uma perspectiva que coloca a resistência dos Waimiri-Atroari em outros campos. Passa a haver uma valorização de sua fama aguerrida no passado, que passa a ser vista pelo Estado como um grito pela vida. O índio bravo, velhaco, traiçoeiro é substituído, no Estado por um povo que de forma justa apelava pelo seu direito de viver em suas terras empreendendo uma guerra justa. Isso se concretiza, após o fim da Ditadura Militar, quando o Estado, por meio do PWA, fecha o ciclo da história da pacificação dos Waimiri-Atroari, transmitindo a sensação de que o sofrimento causado pelo contato com a sociedade nacional foi recompensado pelas políticas de mitigação implícitas no programa e pela consolidação de um modo de vida confortável e de uma memória propensa a eliminar qualquer trauma sobre o passado desse povo.

Na tentativa de evitar a perda dessa história da pacificação e de aprofundar as denúncias sobre os grandes projetos, a Pastoral Indígena de Itacoatiara, organiza um movimento – Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari-MAREWA – que desde 1983 foi tratando o caso desses índios a partir da associação das imagens positivas – bravura, senso de justiça na defesa de suas terras, vítimas – à noção de martírio cristão. Os índios que morreram por sua causa mais nobre, a terra, assim como os mártires morriam por Cristo. Esse direcionamento da imagem de mártir se lança como estratégia do movimento para

10.4025/6cih.pphuem.659

arregimentar apoio junto às comunidades que se localizavam na área de circunscrição da Prelazia de Itacoatiara e dos núcleos populacionais próximos à reserva dos Waimiri-Atroari que seriam prejudicadas pela exploração de minério do Pitinga e da implantação da Usina de Balbina. A intenção era de unir forças com sindicatos, lideranças comunitárias, movimentos paroquiais e mover uma ampla campanha contra os projetos. A imagem do movimento seria o martírio dos Waimiri-Atroari, fazendo-os confundir as causas de um como de se fossem as dos outros, uma prática bastante própria do período em que os movimentos sociais buscam integra-se em uma sociedade civil organizada. Dessa feita, a imagem dos índios passou a ser integrada dentro do sentido de irmandade cristã, conforme segue:

...Que a palavra de Deus e a eucaristia que acabamos de celebrar, nos comprometa cada vez mais a sermos irmãos dos índios, [...] sensíveis à problemática indígena, principalmente a dos Waimiri-Atroari de nossa Prelazia, e que colaboremos decididamente em favor das reivindicações dos índios, propagando sua causa, principalmente para que seja respeitada a terra do índio que é um direito sagrado. Isto te pedimos, por Nosso Senhor Jesus Cristo, Amém! (MAREWA, 1986, p. 08)

Apesar de todos os esforços da Prelazia de Itacoatiara e do CIMI os planos de barrar esses avanços não surtiram o efeito desejado e os programas, gestados desde o início dos anos de 1970 acabaram de uma maneira ou de outra por se concretizar, porém, é necessário registrar que se os Waimiri-Atroari são expostos hoje como um exemplo de bem sucedida integração entre cultura autóctone e modo de vida capitalista – resistindo, sobrevivendo, atuando – isso se dá não exclusivamente pelos embates travados entre as entidades que acreditavam possuir a capacidade de definição de seu destino. Pelo contrário, à medida que se impunham, estes índios exigiam respostas diferenciadas dessas instituições, que mudavam suas estratégias – no caso das imagens, por exemplo – na tentativa de alcançar seus objetivos. Seus movimentos, sua forma aguerrida, suas aceitações de novos modos de vida e até a seleção de sua memória, são atitudes que fazem parte do processo, que compõem o motor da sua história do contato e de resistência.

REFERÊNCIAS

BAINES, Stephen G.. A resistência Waimiri-Atroari frente ao indignismo de resistência. **Série Antropologia (Brasília)**, Brasília: v. 211, p. 1-14, 1993, a.

_____, Stephen G. Censuras e memórias da pacificação Waimiri-Atroari. **Anuário Antropológico**, v. 148, p. 1-45, 1993, b.

10.4025/6cih.pphuem.659

_____, Stephen G.. O território dos Waimiri-Atroari e o Indigenismo Empresarial. **Série Antropologia (Brasília)**, Brasília: v. 138, p. 1-21, 1993, c.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares. In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX** (O Brasil Republicano; v. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 14-42.

CARIJÓ, Coronel Mauro (Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem – Amazonas). **OF.DER-Am/DG/Nº130/68**. Ao Major de Cavalaria Luiz Gonzaga Ramalho de Castro (Chefe do Serviço de Fiscalização da Importação, Depósito e Trafego de Produtos Controlados pelo Ministério do Exército), Manaus, 14 de março de 1968.

CARVALHO, José Porfírio Fontenele de. **Waimiri-Atroari: A história que ainda não foi contada**. Brasília: s. ed., 1982.

CIMI. Boletim do CIMI. n°. 57, Brasília: julho de 1979.

DEPARIS, Sidiclei Roque. **União das Nações Indígenas: contribuição ao movimento indigenista no Brasil**. Dourados: Dissertação de Mestrado PPGH/UFGD, out. 2007.

DAVIS, Shelton H.. **Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HAMELIN, Philippe. Um Projeto Expulsa o Outro. In.: HÉBBETTE, Jean. **O Cerco Está se Fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 215-226.

MAREWA. **Resistência Waimiri/Atroari**. Itacoatiara: Loyola, 1983.

_____. **Celebração Litúrgica da Semana do Índio: 13 a 20 de abril de 1986**. Terra dos Índios, Direito Sagrado. Presidente Figueiredo, 1986. (Arquivo Casa da Cultura Urubuí)

MARTINS, Edilson. **Amazônia, a última fronteira**. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

PRELAZIA DE ITACOATIARA. **Novo Passo do Projeto Waimiri e Atroari**. Itacoatiara: Equipe Pastoral Indigenista Itacoatiara, 1982. (Arquivo Casa da Cultura Urubuí)

SABATINI, Silvano. **Massacre**. São Paulo: Loyola, 1998.

SCHWADE, Egydio, (2011), “**Por que Kamña matou Kinã?** 2000 Waimiri-Atroari desaparecidos durante a ditadura militar”. Página consultada em 15 de julho de 2013, <<http://urubui.blogspot.com.br/search?q=ki%C3%B1a>>

TEIXEIRA, Maria do Carmo Sena. **Igreja Católica e ação indigenista: o CIMI 1972-2000**. 2008. 135 f.. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

10.4025/6cih.pphuem.659

VIDAL, Lux Boelitz. Os índios da Amazônia: um desafio recíproco. In.: HÉBBETTE, Jean. **O Cerco Está se Fechando:** o impacto do grande capital na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 54-77.

MATÉRIAS DE JORNAIS:

WAIMIRI é a etnia que mais cresce. **Diário do Amazonas**, Manaus, 19 abr., 2007.

CAIDO na mata. O sobrevivente. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 08 out., de 1974.

NAS NOSSAS selvas quem é que manda, os índios ou os estrangeiros armados?. O Massacre da Missão do Pe. Calleri fez voltar à tona um problema sério. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 08 dez., 1968.

FUNAI conhecia conspiração de “missionário”. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 15 ago., 1987.

SERTANISTA vai usar até dinamite para se impor aos Waimiris. **O Globo** Rio de Janeiro, 06 jan., 1975.

APOENA denuncia ameaça ao índio: integração, hoje, é retrocesso. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 26 out. 1975.